

# O imperativo da transparência como norma legitimadora da vigilância digital no capitalismo de dados a partir do filme O Círculo

The imperative of transparency as a legitimizing norm for digital surveillance in data capitalism in the movie The Circle

Camila Acosta Camargo<sup>[\*]</sup>  
camila.acosta.camargo@usp.br

Gabriel de Melo Amancio da Silva<sup>[\*\*]</sup>  
dantarez@gmail.com

Roseli Figaro<sup>[\*]</sup>  
roseli.figaro@gmail.com

## RESUMO

Abordamos a vigilância digital imposta com o avanço dos sistemas de coleta e armazenamento de dados, particularmente vinculados às *big techs* e a forma como empregam a datificação como a lógica de acumulação de capital por excelência. Para ilustrar a discussão partimos de uma análise crítica do filme *O Círculo* (2017). Levantamos o pressuposto de que a narrativa elege a disseminação do imperativo da transparência como norma legitimadora da nova forma de acumulação no capitalismo de dados, que se converte no discurso do bem-comum em uma sociedade individual harmoniosa, no qual o próprio trabalhador, ao interiorizar estes sentidos, torna-se reproduzidor e propagador dos ideais dominantes do sistema.

**Palavras-chave:** Capitalismo de dados. Transparência. Ideologia.

## ABSTRACT

We approach digital surveillance imposed with the advancement of data collection and storage systems, particularly linked to big techs and the way they employ datification as the logic of capital accumulation par excellence. To illustrate the discussion, we adopted a critical analysis of *The Circle*, a 2017 movie. We start from the assumption that the narrative chooses the dissemination of the imperative of transparency as a legitimizing norm for the new form of accumulation in data capitalism, which becomes the discourse of the common good in a harmonious individual society, and in which the worker himself, when internalizing these senses, become a reproducer and propagator of the ideals of the dominant system.

**Keywords:** Data capitalism. Transparency. Ideology.

<sup>[\*]</sup> Universidade de São Paulo (USP). R. da Reitoria, 374 – Cidade Universitária, Butantã, São Paulo (SP).

<sup>[\*\*]</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). R. Monte Alegre, 984 – Perdizes, São Paulo (SP).

## Círculo, o panóptico: Introdução

O filme *O Círculo*<sup>[1]</sup> (*The Circle*, no original), um suspense tecnológico de 2017, dirigido por James Ponsoldt e inspirado no livro homônimo de Dave Eggers, narra a trajetória da protagonista Mae Holland (Emma Watson) após ser contratada para trabalhar no Círculo, uma empresa de tecnologia com sede na baía de São Francisco e atuação global por meio de plataformas digitais no formato de sites de redes sociais.

A companhia é, claramente, uma analogia às gigantes da tecnologia do Vale do Silício. Incorpora elementos associados a sujeitos específicos, como no caso de Eamon Bailey (Tom Hanks), o CEO que veste a mesma camiseta de manga longa preta e calça jeans – uma alegoria de Steve Jobs; perpassa eventos de lançamento de tendências no formato de auditório iniciado pela Apple; e tem como principal produto um site de rede social denominado *True You*, que figura uma espécie de integração dos sistemas Google e Facebook.

Contudo, mais do que as relações de consumo, são as relações de trabalho que assentam a analogia: a sede da corporação, uma imensa fortaleza circular, abriga atividades de entretenimento e serviços, que deslumbram o trabalhador e o aliciam não apenas a vivenciar seu cotidiano integralmente no espaço, como a sentir-se gratificado pelo privilégio do emprego, enquanto é coagido a cumprir metas de sociabilidade.

A obra gira em torno da problemática contemporânea da vigilância digital imposta com o avanço dos sistemas de coleta de dados (Zuboff, 2019), particularmente vinculados às corporações de tecnologia e a forma como empregam a datificação como a lógica de acumulação de capital por excelência (Arvidsson e Colleoni, 2012). Contudo, a partir da construção narrativa da sociedade positiva (Han, 2010, 2017), o discurso da transparência é assumido como elemento legitimador da vigilância,

ao conceber a privacidade e a distinção entre público e privado como fatores condicionantes da transgressão do sujeito na sociedade – “Segredos são o que tornam crimes possíveis. Nós nos comportamos pior quando não somos responsabilizados<sup>[2]</sup>. Eu agi da pior forma possível porque acreditei que ninguém estava *assistindo*” (*O Círculo*, 2017. Tradução nossa), afirma a protagonista.

A obra efetua críticas as práticas que destroem a privacidade, decorrentes não apenas do avanço tecnológico, mas de seu uso na racionalidade oligopolista contemporânea. Não faltam elementos narrativos que indicam os perigos do uso irrestrito das tecnologias, que em determinado ponto resultam na morte de um personagem transmitida em tempo real. Contudo, ao contrapor a essência da construção narrativa à aparência, observamos um reforço à vigilância, transvestido de liberdade e suportado na responsabilização individual, a partir da repetição do imperativo da transparência.

Tal dualidade entre aparência e essência são aqui adotadas a partir da noção instituída de maneira significativa na obra de Marx ([1867] 2013). A necessidade de trazer à tona a forma real e interna dos fenômenos observados para revelar sua estrutura e dinâmica, partindo dialeticamente de sua forma aparente e distorcida da realidade constitui o próprio objetivo e método do pesquisador, segundo Netto (2011). Nessa concepção aparente, os problemas da sociedade não são assumidos de forma totalizante. Omite-se a desigualdade de classes e a forma com que o grande capital se apropria, molda e coopta a subjetividade e o corpo dos trabalhadores, e assume-se apenas indivíduos compelidos a mobilização por uma suposta ética do bem comum.

A análise parte da relação intrínseca estabelecida entre comunicação e trabalho (Figaro, 2008), aqui revelada em diferentes aspectos conceituais. A comunicação figura a obra em si enquanto produto da indústria cultural, mas também na forma como a narrativa ilustra uma sociedade mediada pela platformização digital (Srnicek, 2017; Van Dijck, *et al.*, 2018). Esta, por sua

<sup>[1]</sup> A obra foi financiada majoritariamente pela Image Nation Abu Dhabi, uma produtora de mídia subsidiada pelo governo de Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, por meio do Media Zone - Abu Dhabi. A Media Zone de Abu Dhabi é uma zona franca idealizada para posicionar a região como um centro de investimentos na indústria de mídia e entretenimento, focando tanto em iniciativas locais de obras audiovisuais árabes, quanto globais, como é o caso do filme *O Círculo*. Dubai também conta com a sua própria zona franca de mídia, o Dubai Media City. Vale enfatizar que os Emirados Árabes são considerados uma potência econômica do Oriente Médio devido ao mercado petroleiro, e conta com inúmeras zonas francas, as *freezones*, que atraem investimentos estrangeiros em diversos segmentos. Além da viabilidade para produzir conteúdo com redução de impostos, o interesse em capitanear a indústria midiática perpassa alcançar o domínio do campo político-cultural por meio do controle da circulação da informação.

<sup>[2]</sup> O termo utilizado no roteiro original é *accountable*, de tradução ambígua na língua portuguesa, ao passo em que se refere ao ideário de uma certa responsabilização ética, e remete à obrigatoriedade que indivíduos e organizações têm com a prestação de contas à sociedade.

vez, é expressão do avanço das forças produtivas, e revela as modificações nas lógicas de consumo e no mundo do trabalho, atestando a exploração de classe como elemento central para a compreensão deste fenômeno.

Apresentaremos, a partir da adoção de categorias de análise que perpassam o trabalho, a datificação, o imperativo da transparência e o discurso do bem comum, uma interpretação do filme desvelando os sentidos que constituem a essência da narrativa. Para além de uma crítica ao produto fílmico, sustentamos que estes enunciados constitutivos operam como meios de propagação ideológica de sentidos hegemônicos<sup>[3]</sup> acerca dos modos de vida e sentidos do trabalho permeados pela técnica digital e pela reafirmação do sistema de valorização do capital privado que, sobretudo, encobre os conflitos decorrentes da relação capital vs trabalho. A comunicação é determinante na circulação de sentidos na sociedade ao refletir e refratar sistemas de valores guiados a partir das forças produtivas. A obra fílmica constitui-se, assim, nesse diapasão em elemento ideológico (Marx e Engels, [1845] 2007; Coutinho, 1999) propagador subliminar da ordem instituída e da lógica da regulação do ser por meio da valorização da transparência (Han, 2017) e onipresença da exposição da vida cotidiana.

## Círculo, a algema: o trabalhador sem escapatória

O longa tem início com a protagonista praticando remo sozinha em uma lagoa. Quando seu celular toca e notamos hesitação em atendê-lo, assumimos a lagoa como figurativa de um espaço de fuga e solidão. Segue-se a introdução da personagem: insatisfeita em um emprego considerado por ela temporário, vive

uma relação afetiva confusa com seu amigo Mercer (Ellar Coltrane) e busca melhorar de vida para colaborar com o tratamento de esclerose múltipla do pai.

As passagens iniciais apresentam uma paleta de cores dessaturadas, equipamentos tecnológicos antigos e arquiteturas representativas de uma estética ultrapassada que sugerem uma vivência consternada anacrônica, oposta à modernização representada seguidamente pelo Círculo, inclusive com o ganho em vibração das cores. Este é o prelúdio estabelecido para entendermos a relevância do convite feito pela amiga, Annie (Karen Gillan), para Mae participar de uma entrevista de emprego na empresa, onde passa a atuar no cargo de *customer experience*<sup>[4]</sup>.

Adentramos em uma parábola. Funcionários completamente integrados ao discurso oficial representam caricaturas do sujeito fascinado pelo progresso e iludido com todos os proventos auferidos pelo emprego. A protagonista estranha estes comportamentos e não assimila, de imediato, que a incorporação destes sentidos opera como prescrição oculta do trabalho. Ela é introduzida ao modelo de avaliação de desempenho por pontuação, para em seguida ser informada de que sua ausência aos finais de semana nas ocupações de lazer e entretenimento não apenas é registrada, como malvista por seus pares.

Este modelo de gestão por metas, no qual o trabalhador é sistematicamente avaliado a partir da mensuração de sua performance, e recompensado ou punido a depender dos resultados apresentados (Abílio, 2019), é simbólico do mundo do trabalho contemporâneo e ganhou força com a reestruturação produtiva que marcou a segunda metade do século passado (Antunes, 2018).

Não diferente dos métodos implementados nas corporações da atualidade, a lógica de pontuação do Círculo coloca os trabalhadores em oposição entre si, minando as

<sup>[3]</sup> A noção de hegemonia é recorrente na tradição marxista, sendo Gramsci, especialmente em “Os Cadernos do Cárcere” (1999. Edições da Civilização Brasileira), um dos autores de referência para pensar a disputa por poder no seio das relações sociais, também estendendo centralidade ao conceito de ideologia. O Círculo enquanto produto cultural midiático e o Círculo fictício enquanto empresa de tecnologia são ambos simbólicos da noção de aparelhos privados de hegemonia (Coutinho, 1999), que operam como instauradores da dominação por meio de sua ampla articulação no controle da reprodução e circulação de sentidos, ideias e valores que, ao serem promovidos na forma de um discurso que se propõe universalizante, constituem-se como ideologias que reproduzem uma percepção deturpada da realidade.

<sup>[4]</sup> A área profissional de *customer experience* adquire destaque, nos últimos anos, com o crescimento do modelo de empresas *startup* e com o avanço da plataforma digital. O conceito, traduzido ao pé da letra como ‘experiência do consumidor’, reforma a noção tradicional de atendimento ao cliente para moldar um novo ideário que busca posicionar a empresa à serviço dos desejos do consumidor, visando estabelecer uma suposta relação de experiência sempre positiva entre sujeito e marca, construindo uma narrativa que atribui certo sentido de personalização e individualização ao serviço. Atualmente, por exemplo, grandes companhias já investem em sistemas algorítmicos de atendimento a partir do uso de ‘robôs’ que, ao identificar aspectos específicos como idade, gênero e comportamentos de consumo, oferecem respostas direcionadas ao perfil associado a cada cliente. Tais práticas são a expressão da tradição liberal e sua teoria do valor subjetivo que encontra sua radicalização nas concepções neoliberais.

possibilidades de solidariedade, e os submete a pressões constantes por otimizações nos processos produtivos. As metas, a missão e o jargão corporativo normatizam a vida por inteiro e obliteram as relações sociais verdadeiras instauradas pela empatia e a solidariedade. Quebrar a união da classe, a zona de opacidade entre o mostrado e o sentido é a ambição desse tipo de racionalização da vida.

Além disso, a performance é avaliada em uma plataforma digital, e o engajamento do trabalhador é mensurado em um ranking que expõe, publicamente, o que se considera a eficiência ou o fracasso de seu esforço, com base em um modelo que permite os *likes* e os comentários dos demais usuários (trabalhadores e clientes) – como nos sistemas do Facebook e Instagram, e sua classificação em uma pontuação numérica – como nos sistemas Uber e similares. O fenômeno “resulta de processos globais em curso há décadas e que envolvem transformações no controle, gerenciamento e organização do trabalho. Desse modo as plataformas são reconhecidas como um resultado, ao mesmo tempo que materializam um novo estágio desse processo” (Abilio, 2019, p. 2).

Neste processo, o sujeito, submetido ao julgamento da própria classe trabalhadora contaminada com a mentalidade da competição (Dardot e Laval, 2016), à coerção da hierarquia e ao medo da perda do emprego, cede com facilidade ao modelo imposto, e passa a reproduzi-lo espontaneamente.

Assumindo a participação e a integração como partes constituintes da função, a personagem passa, cada vez mais, a comportar-se como os demais, ao ponto de mudar-se para as moradias oferecidas pela própria companhia, afastando-se de sua realidade e valores pessoais. A racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) se situa nesta contradição: enquanto prega uma sociedade movida em defesa das liberdades individuais, a molda para caber em uma única realidade possível – aquela determinada pelas lógicas do capital. Toda cognição do indivíduo é submetida à reprodução dos sentidos de dominação. Mae passa a naturalizar, e até defender, todos os processos impositivos e autoritários do Círculo, ao ponto de justificar, em certo momento, que a captura de dados pelos produtos da empresa acontece, na verdade, a partir de uma entrega voluntária e consciente dos usuários, reproduzindo assim a concepção liberal de que as práticas capitalistas são susten-

tadas em trocas voluntárias e cooperativas<sup>[5]</sup> entre cidadãos livres, e não exploratórias resultantes da desigualdade de forças entre classes distintas. O modelo a ser propagado é o do indivíduo isolado, aquele que não se reconhece em sua classe, mas apenas na própria empresa.

Por meio desta norma instituída das relações de trabalho a empresa se expande a uma categoria que se aproxima de uma seita nutrida de regras e normas subentendidas de conduta moral; de valoração religiosa da marca, o *branding*; de sentimentos exacerbados de pertencimento, enfim, de toda uma herança advinda do toyotismo (Antunes, 2009). O chavão “compartilhar é se importar” (O Círculo, 2017. Tradução nossa) é repetido como um mantra, e carrega o duplo sentido aparente de compartilhamento como troca e como o ato de compartilhar conteúdos nas redes. O sentido em sua essência, contudo, é o de compartilhamento como entrega espontânea de dados por meio da exposição completa do indivíduo. A própria denominação do Círculo sugere uma suposta horizontalidade nas relações hierárquicas e de produção. Por outro lado, remete também ao panóptico de Bentham – estrutura máxima de vigilância. É esta dinâmica que suprime a essência – os interesses reais, a partir da construção da aparência – o discurso fabricado.

O gigantismo da corporação e seu nicho de atuação – mídias digitais, *big data*, internet das coisas, garantem uma posição de extremo poder quanto a sua capacidade de influenciar a sociedade materialmente e idealmente (Fuchs, 2019). Aos trabalhadores, constrói-se um modelo repleto de benefícios extra salariais, além do *status* do emprego na megacorporação, de tal forma que o sujeito não tem opções frente à realidade imposta, só pode aceitá-la e incorporá-la. O capital cerca o indivíduo ao criar as condições materiais e ideais que o impedem de se negar a servir (Antunes, 2018) e ainda constrói a imagem de empresas benevolentes, tornando-as, no discurso, verdadeiras promotoras do bem-estar individual e social. O que aparece como uma livre escolha, de associar-se ou não aos discursos oficiais, valores e práticas da organização capitalista, tem na verdade pouco ou nada de livre. O que há é o esgotamento de condições alternativas ao trabalhador.

A obra fornece uma demonstração clara de uma das formas que assumem as lutas de classes no século XXI. Seu cerne está na subsunção da subjetividade do

[5] Jean-Batiste Say; W. Jevons; Alfred Marshall são alguns dos principais autores responsáveis pela elaboração de uma concepção da sociedade capitalista sustentada pela teoria subjetiva do valor-utilidade. Ao romper a objetividade do valor-trabalho, falsifica-se a sociedade burguesa como um conjunto de indivíduos egoístas, livres e iguais que se relacionam no mercado. Para uma análise da evolução do pensamento na teoria econômica e suas implicações, ver Hunt e Lautzenheiser (2012).

indivíduo, na prescrição total de suas ações. O trabalhador é incapaz de escapar ao modo de vida imposto pela lógica hegemônica. A liberdade de que o sujeito dispõe e a relativa autonomia de que se vale para tomar decisões estão situadas dentro dos limites definidos pelas ações do capital no processo de acumulação e, essas ações, por sua vez, são a expressão material da necessidade crescente da exploração e monetização de todas as formas de relações, por meio da vigilância e da antecipação do pensar e agir do trabalhador. Um dos pontos de demonstração deste fenômeno é a participação da protagonista em um projeto de monitoramento e diagnóstico digital de todas as suas funções biológicas a partir do uso ininterrupto de uma pulseira e, quase como o benefício obtido por esta troca, é ofertada a inserção de sua família no plano de saúde corporativo para o tratamento de seu pai. Assim, o caminho perverso da ação da empresa na busca por lucro através da caça aos dados não apenas é invisibilizado pela regalia cedida, como é sistematicamente naturalizado ao trabalhador, e mesmo amparado por ele.

## Círculo, a moeda: ação humana transformada em dados monetizáveis

Fica explícito que a ação da companhia, ou seja, a expressão material de sua busca por lucro, tem caráter específico no contexto narrativo e na sua analogia com a fase atual do capitalismo. Trata-se, aqui, do objetivo definido pela apropriação da maior quantidade possível de dados.

Antonio Casilli e Julian Posada (2019) apontam que a coleta de dados e metadados<sup>16</sup> dos usuários tem sido uma das fontes primárias de geração de valor nas empresas *big techs*. Se antes a mercadoria destas corporações era representada primeiramente pela plataforma na qual ofereciam seus serviços digitais, com a monetização dos dados, estes passam a figurar a mercadoria por excelência a partir do conteúdo gerado pelos usuários. Ursula Huws afirma “se o valor está visivelmente sendo gerado a partir de alguma atividade, a tendência é buscar pela mercadoria em sua fonte” (2014, p. 18) e, no caso das plataformas,

a mercadoria é ilustrada de forma mais aparente nos produtos comercializados ou serviços ofertados, e mais obscuramente na monetização dos dados e a informação posteriormente gerada a partir de sua mineração<sup>17</sup>.

“O que significa ver o mundo de uma forma na qual tudo é considerado dado?” (Sadowski, 2019. Tradução nossa). Dados são rastros da ação, da existência do homem no mundo. Desde o período da *Mass Communication Research*, do surgimento dos estudos da audiência e das pesquisas de mercado, a interação e os comportamentos sociais são objeto de atenção do capital. O campo da comunicação mercadológica, da publicidade e do marketing, apropriou-se de ferramentas para otimizar a coleta de informações que melhor direcionassem os objetivos de negócio face a busca por maior acumulação. A novidade contemporânea no uso dos dados enquanto ação humana que gera lucro, portanto, recai tanto na escala e centralidade que o fenômeno adquire para a circulação do capital com o avanço da digitalização da produção, quanto na forma como a lógica de constituição de uma sociedade *data-driven* (orientada por dados) modifica as próprias relações sociais e institui um capitalismo de dados (Beer, 2018; Sadowski, 2019).

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas torna possível novas formas, mais avançadas, de acumulação. O aparato tecnológico existente hoje faz com que a importância dos dados não apenas verse em seu uso para obtenção imediata de lucro, mas na posse dessas informações, que implica enorme poder sobre o comportamento de pessoas – individual ou coletivamente. Implica poder efetivo de articulação e controle de toda vida social – vide o Caso Cambridge Analytica, que se tornou emblemático ao expor que a empresa, por meio de dados de usuários extraídos de seus perfis na plataforma do Facebook, foi capaz de promover modelos de campanhas eleitorais altamente eficientes e específicos, com a produção de conteúdos direcionados e manipulados de forma a moldar a opinião pública como no caso das eleições de Donald Trump e do Brexit, e que institucionalizou o interesse político e econômico da propagação de *fake news*.

O capital age, dessa maneira, para efetivar como prática social concreta e também retórica o seu interesse primeiro: a captura dos dados. Para isso, usa

<sup>16</sup> “Os dados podem ser descritos como qualquer informação sobre os usuários solicitados pelas plataformas ou oferecidos voluntariamente pelos indivíduos: um nome, um número de telefone, uma senha, mas também os gostos em conteúdo específico e as mensagens na caixa de entrada de alguém. Os metadados são informações sobre outros dados: por exemplo, uma tag em uma foto do Instagram, o endereço IP anexado a uma edição da Wikipedia ou a descrição em um vídeo do YouTube.” (Casilli e Posada, 2019, p. 7)

<sup>17</sup> A mineração é a nomenclatura inspirada na atividade industrial adotada para referir-se ao processo de exploração do banco de dados em busca de padrões que indiquem informações passíveis de serem analisadas e inferidas a partir do material inicial.



o próprio trabalhador, abusando da capacidade coercitiva que o sistema detém sobre ele, forçando-o ao extremo com exigências e normas práticas de trabalho, assim como com sua validação discursiva.

Aqui opera-se uma ambição redutora do ser, pois toda atividade comporta o ineditismo da ação humana. Esse ineditismo é parte da ontologia do ser social. Quando se rasteiam os dados da vida cotidiana tem-se exatamente a ambição do controle do ato inédito da vida, do potencial da ação humana de criação e transformação. Desse modo, rastrear, capturar e minerar dados expressa a pretensão do controle total, da antecipação do desejo e do regramento da vontade em benefício daqueles que estão no comando da máquina do capital. Zuboff (2019) denomina de instrumentarianismo essa forma que assume o poder no capitalismo de vigilância, referindo-se ao aparato técnico que passa a controlar os sujeitos forçando-os a agir em concordância ao projeto capitalista.

Vale dizer que tais investidas não passam despercebidas. A essência transborda a aparência e oportuniza uma ruptura na qual alguns sujeitos tomam consciência das contradições impostas sobre si. Na obra isso se representa no caso do personagem Ty Lafitte (John Boyega), idealizador da plataforma *True You*, que abomina tudo aquilo que foi feito de sua criação e condena a exploração de dados dos usuários. Sua maior consciência da realidade o coloca à margem, tanto nas relações de trabalho – ao não reproduzir as lógicas da integração social compulsória, como também na visibilidade que teria caso assumisse publicamente a imagem inspiradora da cultura do empreendedor (Casagui, 2018), de mente por trás da plataforma. Seu nome é omitido da opinião pública como forma de invisibilizar sua imagem e consequentemente seus ideais.

Ty, imerso na crença de que a organização privada provê desenvolvimento e bem-estar social, decepciona-se com algo que, na verdade, não era autêntico desde o início. Apenas surpreende-se quando a exploração atinge níveis visíveis e inaceitáveis para si.

Já Mae é a representação do trabalhador do século XXI. Ao longo da narrativa é impulsionada a situações que tornam as contradições tão gritantes que procura o isolamento. A força do capital é tamanha que substitui a própria existência consciente do trabalhador, modelando-o para que aja e pense externamente a si, de forma alienada, apenas reproduzindo as práticas e discursos de interesses alheios (Marx e Engels, [1845], 2007). A busca por recobrar parte de sua identidade leva-a a uma atitude desesperada: Mae padece, justamente, pela falta de privacidade. Como havíamos sido apresentados nos primeiros quadros, a

única forma possível de se acalmar, ‘encontrar-se consigo mesma’ é posicionando-se fora da coerção social exercida pelo capital e pela sociedade mediada pelas tecnologias, ou seja, a fuga simbólica para a lagoa. Colocando-se em certo risco para alcançar essa privacidade, por forças que fogem ao seu controle, sejam elas a ação do acaso – uma tempestade – ou a atividade oculta da companhia que tenta alcançar seu modelo a servir de exemplo a qualquer custo, Mae sofre um revés e é salva unicamente graças ao próprio aparato tecnológico de vigilância do Círculo – o sistema de micro câmeras *SeeChange*.

A situação desesperadora da vida em risco e a consequente dependência do aparato tecnológico para sua salvação constituem fatores que rapidamente são apropriados pela corporação, que vê aí a oportunidade de universalizar um caso individual – a ação tida como irresponsável pela própria personagem ao remar em horário e local proibidos é adotada como argumento para a propaganda em defesa da implantação de câmeras em todos os lugares. Opera-se uma inversão da causalidade. O desespero leva à necessidade de se desconectar do mundo determinado pelo capitalismo de dados, que a força de volta para dentro do sistema, agora de forma apática, entregue, absorta.

O discurso criado tem como base a culpabilização do indivíduo, e não da estrutura social que opera a sua volta e através de si. Para Bruno, nesta sociedade “somos todos igualmente vítimas e suspeitos potenciais, assim como a consciência da vigilância representa simultaneamente segurança e ameaça” (2008, p. 6). Introjeta-se a falsa noção de que o sujeito age de forma irresponsável, perigosa para si ou para os outros, quando não há a coerção social direta, mediada, é claro, pelo aparato tecnológico fornecido pela empresa e através do qual se recolhem os dados como se fosse uma ação civilizatória - “Eu gostaria que você soubesse que havia uma câmera lá antes de você ter roubado o caiaque” (O Círculo, 2017. Tradução nossa), reforça publicamente o CEO em uma afirmação em defesa da técnica para o controle, mascarada no enunciado da preocupação e responsabilidade social.

Formula-se, assim, uma narrativa que remete à própria filosofia clássica do *Leviatã* de Thomas Hobbes ([1651] 2004), mas na qual a espada que mantém o ser humano fora do caos não se encontra mais nas mãos do monarca, não se encontra também na forma de organização do Estado. A regulação social cabe exclusivamente à empresa *mãe*, detentora do aparato vigilante, que simula representar os interesses da sociedade em geral. Há a naturalização do fenômeno. Para viabilizar o projeto de acumulação, as determinações sociais são desconsidera-

das em favor da universalização de um comportamento individual que será o exemplo justificador da lógica da vigilância estendida para toda a sociedade. O caráter ideológico do discurso se revela inteiramente e cumpre sua função de submeter o trabalho ao capital, de reproduzir as lógicas de dominação de uma classe sobre a outra.

As mudanças nas relações sociais dependem de mudanças operadas na base da produção material da sociedade e estas, por sua vez, ocorrem movidas a partir das lógicas de acumulação. Para que mudanças significativas ocorram são necessárias condições objetivas – os dispositivos tecnológicos da empresa – e subjetivas – o discurso incorporado pelo trabalhador – para sua efetivação. Não basta apenas a existência de uma nova tecnologia, é necessário que ela tenha condições efetivas de ser adotada como instrumento na autoreprodução do capital. Além disso, é necessário que haja legitimidade moral à mudança nas relações e práticas sociais decorrentes da mudança na forma de produção.

Não é interessante para a operacionalização da dominação colocar o programador Ty como o garoto propaganda, visto que ele transpõe os sentidos de hesitação e resistência em seus comportamentos. Já Mae, após todos estes pontos de virada, que compelem o trabalhador à glorificação da empresa privada, figura a representação perfeita da disseminação da ideologia que viabiliza os objetivos do negócio em direção à maior acumulação. Há muito que o capitalista constatou que a melhor forma de fazer valer sua intenção é sendo capaz de fazer o trabalhador reproduzi-la, ao acreditar que ambos carregam as mesmas aspirações e as mesmas condições para realizá-las (Marx e Engels, [1845] 2007).

Assim, a protagonista é convidada a integrar o principal novo projeto da companhia: a transmissão, em tempo real, ilimitadamente, de sua vida pessoal – o *big brother* de Orwell agora em formato digital e cujo acesso é disponibilizado ao público em geral e não apenas às autoridades, assim como no programa de televisão homônimo. É a transformação, por excelência, do trabalhador em mercadoria. É a naturalização e interiorização da vigilância (Ball, 2009) para toda a sociedade como instrumento justificador e efetivador do objetivo da acumulação.

Bruno (2008, p. 1) bem aponta que os dispositivos de vigilância “não são, pois, maquinações de forças externas de dominação, mas intrínsecos ao processo de modernização e suas práticas de gestão racional das instituições, da produção, do governo [...]” e reforça que para viabilizar a naturalização da vigilância ela é confundida com o espetáculo. O sujeito passa a sentir prazer na exposição e a busca

por prazer é um motor da sociedade da mercadoria.

## Círculo, a câmera: imperativo da transparência e o discurso do bem comum

A protagonista, agora na posição de celebridade aclamada pela opinião pública, torna-se a representante dos interesses da corporação, encobertos pelo discurso do interesse coletivo. Reforça-se a concepção da ineficiência do Estado como assegurador do bem-estar, e coloca-se a entidade privada como instância máxima de regulação social. Mae encabeça uma campanha de *lobby* para que a plataforma do Círculo seja incorporada pelo governo para a gestão dos serviços públicos, com foco no cadastro eleitoral e voto obrigatório para os cidadãos, o que implica na adesão de cem por cento da população às suas plataformas.

O imperativo da transparência figura, então, um artifício retórico clamado para propagar os ideais que servirão ao capital e, com ele, uma prática, que leva tão somente a entrega voluntária de dados e de qualquer possibilidade de privacidade. Retira-se assim, daquilo que é o objeto de desejo da corporação, a parte do seu conteúdo que determina o seu real valor, deixando apenas uma casca esvaziada onde dados e metadados aparentam ser um mero registro da atividade humana. Para isso, a fabricação enunciativa recorre ao tripé liberal de crítica ao Estado; de responsabilização individual e; da empresa privada colocada como intermediadora destas relações em direção a uma sociedade harmoniosa e funcional.

Van Dijck (2017) aponta a entrega complacente dos dados como parte da crença que as pessoas depositam nas instituições, pois assumem que elas fazem um uso correto e moral de sua informação privada. Esta concepção beneficia o sistema na medida em que as noções de moralidade são subjetivas e abstratas, permitindo o uso irrestrito dessas informações. Para além disso, o sujeito também não assimila a vigilância como algo que o atinge em sua individualidade. O discurso da despersonalização dos dados foi absorvido socialmente. Constrói-se a crença de que as informações traçadas são apenas genéricas acerca de comportamentos e, por isso, não representam a individualidade. Não obstante, o medo do indivíduo recai única e exclusivamente sob o julgamento público. Seus rastros virtuais podem ser armazenados irrestritamente pelas plataformas e analisados pelas corporações, mas não podem ser *vazados* para amigos e familiares. É o simbolismo da aba anônima do navegador – basta

se ter a sensação de privacidade em relação ao meio social, ainda que não represente nenhuma proteção real, especialmente contra os detentores da tecnologia.

Até mesmo a possibilidade do exercício desta certa privacidade nas redes é desconstruída pelo imperativo da transparência, que recai na moralização da própria vida e evidencia um caráter normativo e conservador do discurso. A protagonista acredita que o indivíduo social se comporta inadequadamente quando não é observado, contudo tal entendimento perpassa significados morais dúbios na medida em que os critérios de bem e mal, certo e errado, são construídos com base nos valores instituídos pela sociedade de mercado. Sob a égide da racionalidade neoliberal, onde o mercado é assumido como a instituição da realização humana por excelência como defende Hayek (1985), os valores morais, éticos e as normas sociais são definidos através das premissas da acumulação e na qual a própria noção de privacidade passa a ter seu sentido realocado para abrir caminho aos interesses do capital.

Demais dissimulações reveladas no discurso da transparência vêm à tona quando é ocultada a imagem da própria empresa enquanto organismo que atua no mercado com o único objetivo de acumular capital. Não fica claro, em nenhum momento, como a companhia Círculo adquire lucro, de forma tão obscura quanto as plataformas digitais contemporâneas, que atraem a atenção de investidores não por suas capacidades lucrativas, mas pela amplitude de sua articulação no controle social e da circulação de informação. É o caso da compra do sistema Whatsapp pelo Facebook, visto que o aplicativo de mensagens não gera retorno financeiro diretamente; é gratuito ao usuário; e não rentabiliza com propagandas, mas concentra em si a riqueza materializada em sua potencialidade de acumular dados e metadados em quantidade significativa para o posterior uso lucrativo.

Assim, toda representação da empresa privada é personificada nas figuras dos funcionários de primeiro escalão – a classe dos gestores, para Bernardo (1991) – que assumem para si as funções do capitalista na condução do capital e concentram poder considerável de comando da companhia. Não à toa, é comum associar o CEO ou presidente à própria marca, na tentativa de expressar uma identidade única. Oculta-se a imagem da empresa capitalista, e transforma-a em uma extensão das figuras pessoais dos gestores, em uma falácia que individualiza a totalidade do sistema. Mais apagada ainda que a noção de empresa, está precisamente a figura do capitalista. Ora, não poderia ser mais clara a intenção de ocultar justamente aqueles que por excelência representam a defesa da pro-

priedade privada, e que manifestam seus interesses de classe através do abuso do poder econômico. Ocultando tais elementos, reproduz-se a ideia de uma sociedade harmoniosa, sem conflitos inerentes aos direitos de propriedade dos meios de produção material e intelectual.

Tais artifícios servem a vários propósitos ideológicos. Os ocultamentos citados e a redução do real significado dos dados servem para que se desloque o foco de atenção para outros elementos que não o real desejo da empresa capitalista. Ao atribuir aos dados a aparência de que se reduzem ao simples registro da atividade humana, transfere-se todo o centro do debate para a própria atividade humana. Transforma-se toda objetividade em um debate subjetivo sobre a ética e a moral das ações individuais, sua aceitação na sociedade, de onde se conclui a não necessidade da privacidade desde que todo indivíduo aja segundo a norma socialmente aceita. Considerando que a própria corporação detém sob seu poder, através do aparato tecnológico e das mídias sociais, um importante meio de propagação ideológica, está fechado o cerco. É o próprio capital que, objetivamente, determina as normas sociais das quais o indivíduo não tem opção de se esquivar.

Perante diversas contradições, a escolha narrativa nos entrega uma conclusão: devemos fazer da sociedade a sociedade da transparência (Han, 2017). A privacidade e a falta de coerção social direta implicam em atitudes que conduzem a efeitos negativos. Logo, a solução lógica é a coerção social extrema e ininterrupta.

O imperativo da transparência, propagado idealmente e imposto através das relações sociais, é a justificativa que legitima e efetiva amplamente a nova forma de acumulação no capitalismo de dados. O trabalhador – não livre de conflitos entre as ideias, as relações impostas e sua percepção de si mesmo – incorpora o sentido e o reproduz: ele torna-se meio material pelo qual se dá a propagação ideal. Tal enunciado representa unicamente os interesses da classe dominante, mas são apresentados como universais (Marx e Engels, [1845] 2007). A transparência seria, então, um interesse social geral que promove o pleno bem-estar.

O que se apresenta é exemplo típico da tradição liberal que, desde Smith, mas especialmente nos formuladores basais da teoria econômica neoclássica, como Jevons, Walras e Marshall, trata a sociedade como uma totalidade coesa e harmoniosa, onde indivíduos livres atuam a partir de interesses privados e na qual a somatória resultaria no bem comum. Há uma universalização das classes sociais que apaga suas desigualdades, suas determinações históricas reais, e as justifica, naturalizando-as, substituindo as relações construídas socialmente pela mera



ação externa do mercado, que, por sua vez, passa a ser a instituição excelente e única, na qual os sujeitos podem exercer sua humanidade e sua liberdade. Nesta concepção crítica da trajetória da protagonista no filme, a concepção neoliberal da realidade de Hayek (1985) aparece de forma clara. As relações sociais são consideradas como dadas, fazem parte de uma realidade que está fora da intervenção humana, realidade que culmina no mercado.

A naturalização da vigilância se materializa, mais uma vez, com o lançamento da plataforma *Soul Search*, que viabiliza o rastreamento de qualquer indivíduo, em qualquer lugar do planeta, através das câmeras do Círculo por meio do reconhecimento facial associado ao levantamento de seus dados. “Quando todos puderem ser encontrados, nunca poderemos perder um amigo” (O Círculo, 2017. Tradução nossa), em uma fala que ratifica a transparência como o meio para o alcance do bem comum. A contradição se dá justamente quando a ferramenta é utilizada para buscar o amigo de infância, Mercer, que morre em um acidente de carro ao fugir da perseguição das câmeras.

O fato de haver, no Círculo, o ocultamento dos interesses de classe e a personificação da companhia na figura dos gestores leva ao ponto último: a solução de todos os problemas sustentados na concepção da transparência. Após a morte de Mercer, Mae se dá conta de que o discurso e a prática de negação à privacidade são permeados por interesses pessoais – portanto não universais, genéricos: há aqueles que se aproveitam de sua posição para conquistar vantagens, ou seja, que exploram. De maneira climática e, ironicamente, num tom de rebeldia e desafio, aproveitando-se de sua posição recém adquirida de *influencer*, a protagonista nos apresenta com uma verdadeira reforma social: a culpabilização individual dos gestores (como anteriormente experimentada por ela mesma), que atuam em jogos de interesse pessoal e poder enquanto pregam a transparência para os outros, devem eles mesmos se converterem nos alvos dessa transparência. Se o que promove o mal comportamento do indivíduo é a falta de coerção, todos devem ser submetidos a ela. Só assim a sociedade poderá existir sem segredos e, portanto, em harmonia.

A transparência das ações individuais é idealizada por Mae e Ty como o princípio da transformação social em direção ao bem comum em uma sociedade livre de interesses particulares. Tal convicção leva a crer que as problemáticas sociais decorrem não do conflito de classes, mas da falta de honestidade dos tomadores de decisão, a chamada *accountability*, e elege o próprio fim da privacidade anteriormente criticado como solução renovadora. Faz-se presente aqui, além da universalização dos

indivíduos e a diluição da sociedade em uma totalidade que supostamente compartilha interesses, o caráter moralista típico dos pensadores da lógica dominante.

O que se pretende é a construção de uma sociedade irrestritamente vigiada e, portanto, regida através das normas de conduta e comportamento dominantes e que, além de tudo, capitaliza em cima destes comportamentos com a coleta dos dados. Essas normas, evidentemente são construídas socialmente e, nessa constituição da subjetividade coletiva pesa sobremaneira a influência das ideias dominantes. Tradicionalmente, os pensadores liberais são julgadores da moral e da ética. Losurdo (2005) esclarece que, de Mandeville a Stuart Mill, de Locke a Nassau Senior, há uma justificativa das condições materiais que se faz valer do julgamento moral, sempre com a tendência de rebaixar as classes dominadas a categorias morais menos elevadas ou degradantes.

A obra traz à tona os problemas e contradições relativos a evolução tecnológica, as novas formas de trabalho derivadas das novas formas de acumulação de capital, o estranhamento sentido pela trabalhadora ao perceber que sua privacidade e subjetividade passam a ser, também, ditadas implicitamente pelo contrato de trabalho. Não obstante, o desfecho narrativo e as soluções defendidas operam como formas de perpetuar a realidade imposta com algumas poucas imposições morais para atenuá-las. Este encerramento é simbólico dos limites imanentes da ação humana quando subsumidas às lógicas de acumulação de capital. Os problemas são assimilados apenas de forma superficial, aparente, sem levar em conta sua essência. O resultado lógico possível consiste precisamente em gerar soluções que são igualmente aparentes e não captam a natureza e dinâmica reais dos problemas que pretendem resolver.

## Círculo, sem fim: Considerações

“Não há mais segredos. A privacidade era uma coisa temporária. E agora acabou. Nós não vamos mais viver nas sombras.” (O Círculo, 2017. Tradução nossa). A obra se encerra em um paralelo à cena de abertura: Mae novamente pratica remo na lagoa. No início somos introduzidos a uma personagem que foge. Aqui, contudo, é perturbadora a imagem da protagonista entregue às câmeras que seguem a acompanhando em seu *big brother* digital. O fim moralizante da narrativa, que revela que a protagonista mantém o posto de celebridade-influenciadora, agora satisfeita por ter derrotado os vilões corruptos ao expor suas manipulações secretas, aponta em direção a uma sociedade positiva que, ao que tudo indica, dá fim

a atitudes corruptivas e corrompidas do homem graças ao desaparecimento da privacidade. O Círculo segue em pleno funcionamento, mas suas práticas consideradas nefastas são superadas graças a garantia de *accountability* possibilitada pela transparência de suas operações, omitindo ainda mais do que anteriormente a contradição capital vs trabalho e as disputas de classes.

A abordagem remete a fala oficial do governo dos Estados Unidos após vir a público a informação de que as ligações telefônicas e atividades digitais da população eram monitoradas pela Agência de Segurança Nacional, em meados de 2013. Na época, o presidente Barack Obama fez a controversa afirmação “É impossível ter 100% de segurança e 100% de privacidade”<sup>181</sup> (tradução nossa), defendendo que ‘invasões modestas’ na privacidade das pessoas são essenciais para a garantia da salvaguarda da nação. Retoma-se a construção do imaginário de ‘quem não deve não teme’, que oferece as bases para o discurso da transparência e *accountability* como instrumentos de combate a males tais quais a corrupção, as fraudes e o terrorismo e, ao passo que o indivíduo ratifica e normaliza esta cultura, passa a ceder gratuita e irrestritamente seus dados.

Referente a atuação dos governantes e das empresas de tecnologia, como contraponto, Julian Assange do Wikileaks levantou a consigna “privacidade para os fracos, transparência para os poderosos” (tradução nossa) assim como é demandado ao final dos diretores do Círculo. A inversão narrativa se revela na medida em que a nova sociedade idealizada por Mae prevê a exposição, seja para os fracos seja para os poderosos, como instrumento viabilizador da presumida transformação. A tentativa por reafirmar a concepção do Wikileaks recai, não obstante, na concepção de Obama, e a ideiação de vigilantismo reduz-se meramente à vigilância.

Deste modo, a análise do filme e de suas analogias na realidade social contemporânea nos leva a apreender aquela que pode ser a principal, dentre as muitas associações possíveis, da simbologia do título da obra. A de que o trabalhador, apesar de correr de um extremo a outro, estranhar, resistir, crer na possibilidade de sua autonomia, está sempre andando em *círculos*. Suas ações e suas vontades pouco vão servir para evitar as determinações imputadas pelo capital. Ele está envolto por uma estrutura externa e maior que si, e isto é literal tanto na obra quanto na realidade fora dela, de modo que suas ações, enquanto moldadas por aquilo que constitui a ideologia dominante e desprovidas de qualquer caráter revolucionário, se resumem

a meramente transitar no meio circunscrito determinado pela própria estrutura. O círculo é a forma de impedir a organização consciente do trabalhador para expressar uma outra via para a sociedade capitalista. Contrariamente ao uso dialógico do círculo para os debates democráticos e expressão dos sujeitos sociais, O Círculo, filme, é a expressão da anulação do sujeito social. Anulação daquele que se expressa na ágora da vida pública, daquele que se organiza em solidariedade com o outro. O sujeito coletivo enquanto expressão da classe trabalhadora sequer pode aparecer enunciado. É completamente apagado. A lagoa como fuga e potencial de privacidade, torna-se o ápice da captura e da anulação do sujeito.

## Referências

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, V. 18, 2019.
- ABU DHABI 2019. Live from Abu Dhabi. Media & Communications. Review. *The Business Year*. Disponível em: <<https://www.thebusinessyear.com/abu-dhabi-2019/live-from-abu-dhabi/review>> Acesso em: 28 jul. 2019.
- ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho* ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital*. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARVIDSSON, Adam; COLLEONI, Elanor. Value in informational capitalism and on the internet. *The Information Society* 28(3): 135–150. 2012.
- BALL, Kirstie. Exposure: Exploring the subject of surveillance. *Information, Communication & Society*, 12:5, 639-657, 2009.
- BEER, David. *The data Gaze: Capitalism, Power and Perception*. Sage, 2018.
- BRUNO, Fernanda. Estética do flagrante: controle e prazer nos dispositivos de vigilância contemporâneos. *Revista Cinética*, Rio de Janeiro, 2008.
- CASAQUI, Vander. Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macroproposições, narrativas, inspiração. *Galaxia*, São Paulo, N.37, jan-abr, p. 55-65, 2018.
- CASILLI, Antonio; POSADA, Julian. The Platformization of Labor and Society. In.: GRAHAM, Mark; DUTTON,

<sup>181</sup> A fala foi realizada no dia 7 de junho de 2013 em um evento realizado no Vale do Silício.

- William. *Society and the Internet: How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives*. Oxford University Press, 2019. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01895137/document>>. Acesso em: 29 jul. 2019
- CÍRCULO, O. Direção: James Ponsoldt, Produção: Gary Goetzman. Estados Unidos da América: Imagem Filmes, 1 DVD, 2017.
- COUTINHO, Carlos N. *Pensamento de A. Gramsci*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIGILABOUR, 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.
- FIGARO, R. Atividade de Comunicação e Trabalho. In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. V.6, n.1, p. 107-145, mar./jun. 2008.
- FUCHS, Christian. Social Media, Big Data, and Critical Marketing. in: Tadjewski, M., Higgins, M., Denegri-Knott, J. and Varman, R. (ed.) *The Routledge Companion to Critical Marketing*. London Routledge. pp. 467-481. 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.
- HAYEK, Friedrich. *Direito, Legislação e Liberdade*. v. I, II e III, [1973]. São Paulo: Editora Visão, 1985.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil* [1651] Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark, *História do pensamento econômico – uma Perspectiva Crítica*, 3ed. Elsevier Editora Ltda, Rio de Janeiro, 2012.
- HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. *Cad. CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 13-30, Apr. 2014.
- LEE, BENJAMIN. The Circle review – Emma Watson and Tom Hanks face off in empty techno-thriller. *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2017/apr/27/the-circle-review-emma-watson-dave-eggert-tom-hanks>> Acesso em: 28 jul. 2019.
- LOSURDO, Domenico, Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. *Lutas sociais*, n13/14, 23-42, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. [1845]. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*, São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. *Big Data & Society* 6 (1). 2019.
- SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Wiley. Kindle Edition. 2017.
- VAN DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *Revista Matrizes*. São Paulo - Brasil. V.11 - Nº 1 jan./abr. 2017.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. New York: Oxford University Press, 2018.
- ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs, 2019.